



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ÊNIO RODERICO DO VALE GOMES**

**COZINHAS COMUNITÁRIAS E SOLIDÁRIAS NO BRASIL:**

**EXISTÊNCIA, DESAFIOS E POTENCIAL TRANSFORMADOR NO COMBATE À  
INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

NATAL  
2025

**ÊNIO RODERICO DO VALE GOMES**

**COZINHAS COMUNITÁRIAS E SOLIDÁRIAS NO BRASIL:  
EXISTÊNCIA, DESAFIOS E POTENCIAL TRANSFORMADOR NO COMBATE À  
INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Nutrição do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Nutricionista.

*Orientador: Prof. Me. Helry Costa da Silva*

NATAL  
2025

**Título completo:** Cozinhas Comunitárias e Solidárias: Experiências, Desafios e Potencial Transformador no Combate à Insegurança Alimentar e Nutricional

**Título abreviado (para cabeçalho):** Cozinhas comunitárias e solidárias

## **RESUMO**

O Brasil voltou ao Mapa da Fome em 2022, com mais de 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave. Neste contexto emergem com força duas respostas alimentares coletivas: as cozinhas comunitárias e as cozinhas solidárias. Este estudo objetiva investigar o papel dessas iniciativas como estratégias de enfrentamento à insegurança alimentar e promoção da cidadania em territórios vulnerabilizados. A pesquisa tem abordagem qualitativa e documental, baseada na análise de 18 textos acadêmicos, normativos e técnicos. Os resultados mostram que as cozinhas comunitárias, vinculadas às políticas públicas, enfrentam desafios estruturais, enquanto as cozinhas solidárias, geridas por movimentos sociais, destacam-se pela capacidade de mobilização e inovação social. Conclui-se que ambas são complementares e essenciais ao combate à fome, sendo necessário ampliar apoio institucional, financiamento público e articulação com redes locais.

**Descritores:** Insegurança Alimentar; Políticas Públicas; Economia Solidária; Alimentação e Nutrição; Direito à Alimentação.

## INTRODUÇÃO

Em 2022, o Brasil retornou ao Mapa da Fome da FAO/ONU, com cerca de 33,1 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, de acordo com levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) (PENSSAN, 2022). Dados do IBGE referentes ao quarto trimestre de 2023 revelam que 27,6% dos domicílios brasileiros (aproximadamente 21,6 milhões) vivenciaram algum grau de insegurança alimentar, sendo 4,1% classificados como grave, o que corresponde a cerca de 3,2 milhões de domicílios (IBGE, 2024). Tais indicadores situam-se bem acima dos patamares observados em 2013, quando 7,8% dos domicílios viviam insegurança moderada ou grave, e da POF 2017–2018, com 12,7% (IBGE, 2024).

Esse recrudescimento da fome e da insegurança alimentar foi impulsionado por múltiplas crises: o colapso econômico iniciado em 2014, seguido pelo impacto da pandemia de COVID-19 em 2020, além de instabilidades políticas e atraso na condução de políticas de transferência de renda (FAO, 2023; PENSSAN, 2022). Vários estudos apontam como esses fatores agravaram significativamente a vulnerabilidade social brasileira (FAO, 2022; Silva *et al.*, 2023; Costa, Santos e Pereira, 2023; Barbosa, Pereira e Souza, 2020; Araújo & Monteiro, 2021; Machado *et al.*, 2021). No entanto, ainda que tenha havido uma queda para 8,7 milhões de pessoas em situação grave no ano de 2023 (IBGE, 2024), a análise aponta que o retrocesso institucional, o corte de recursos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o enfraquecimento dos Bancos de Alimentos e a desativação do Consea contribuíram decisivamente para esse quadro (PENSSAN, 2023; IBGE, 2024; FAO, 2023).

Nesse sentido, é importante destacar que foram as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) — especialmente o PAA, os Restaurantes Populares, os Bancos de Alimentos —, que tiveram um papel central ao longo das décadas de 2000 e início de 2010 para o enfrentamento dessa crise (Silva *et al.*, 2021). No entanto, apesar de seu caráter decisivo na redução da fome entre 2003 e 2014, esses programas públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) sofreram forte retração orçamentária a partir de 2016. O levantamento nacional apresentado por Sarti *et al.* (2010) já alertava que a sustentabilidade financeira das cozinhas comunitárias dependia da articulação permanente com o PAA e com os Bancos de Alimentos.

Diante disso, a sociedade civil passou a atuar de forma autônoma para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto no artigo 6º da Constituição e respaldado na Lei nº 11.346/2006 (LOSAN).

A partir desse quadro, surgiram e se fortaleceram dois modelos de ação para enfrentar a insegurança alimentar. O primeiro refere-se às *cozinhas comunitárias*, iniciativas institucionais mantidas por estados municipais, movimentos de assistência social ou parcerias público-privadas, que oferecem alimentos produzidos em espaços físicos fixos e gestão organizada (Oliveira e Santos, 2023). O segundo engloba as *cozinhas solidárias*, criadas por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), Ação da Cidadania e redes locais, baseadas em doações, mobilização comunitária e gestão autogerida. Essa forma de intervenção se consolidou como uma prática emergente durante a pandemia, voltada à resposta imediata à fome aguda (Regazzi, 2021; Silva, 2023).

Foi somente em 2023 que, de fato, foi criada uma distinção oficializada entre esses dois programas, quando o governo federal regulamentou ambos os modelos: as cozinhas comunitárias pelo SUAS e PAA, com estrutura mínima de operação; e as cozinhas solidárias com a promulgação da Lei nº 14.628/2023 e da Portaria MDS nº 977/2024, que

instituíram o *Programa Cozinha Solidária*, estabelecendo normas de cadastramento, requisitos de infraestrutura e apoio institucional. Com isso, abriu-se um campo fértil para investigação e avaliação dessas práticas como estratégias complementares de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), mobilização social e justiça social e alimentar.

Assim, este estudo se justifica pela necessidade de compreender, de forma sistemática, como essas duas modalidades contribuem para o combate à Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) e à promoção da cidadania em contextos de vulnerabilidade. Ao mapear suas características, impactos e limitações, pretende-se oferecer subsídios relevantes à formulação de políticas públicas mais inclusivas, integradas e efetivas para a garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição no Brasil.

Portanto, este artigo propõe-se a compreender as cozinhas comunitárias e solidárias como estratégias de combate à Insegurança Alimentar e Nutricional e garantia do direito a cidadania, refletindo sobre suas contribuições, desafios e potencialidades enquanto instrumentos de transformação social.

## MÉTODOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de natureza documental, com o objetivo de compreender como as cozinhas comunitárias e solidárias têm se constituído como respostas sociais e institucionais à insegurança alimentar e nutricional no Brasil. A escolha da pesquisa qualitativa se deu por essa abordagem ser capaz de interpretar sentidos, práticas e discursos sociais situados, explorando a complexidade de fenômenos que não podem ser reduzidos a dados estatísticos ou experimentais (MINAYO, 2012; BARDIN, 2016).

O *corpus* da análise foi composto por 18 documentos coletados entre fevereiro e maio de 2025, incluindo artigos científicos, relatórios técnicos de instituições públicas e privadas, legislações (leis, portarias e termos de referência), e produções acadêmicas de síntese e revisão. A seleção dos documentos obedeceu a critérios de relevância temática, estando as publicações entre os anos de 2016 e 2025. Todos os documentos possuíam informações sobre as iniciativas de cozinhas comunitárias e solidárias no Brasil. Foram incluídos apenas materiais com autoria identificada, acesso público e pertinência direta ao objetivo da pesquisa, conforme critérios propostos por Cellard (2008) para estudos de caráter documental.

Os documentos foram organizados em três grandes categorias analíticas: (1) produções acadêmicas sobre experiências de cozinhas comunitárias e solidárias, especialmente em territórios urbanos e periféricos; (2) documentos normativos, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006), a Lei nº 14.628/2023, a Portaria MDS nº 977/2024 e outras diretrizes operacionais; e (3) relatórios e avaliações institucionais produzidos por órgãos como o MDS, o CONSEA e entidades da sociedade civil.

A análise de conteúdo foi conduzida com base em uma abordagem temática, conforme delineada por Bardin (2016), priorizando a identificação de unidades de sentido relacionadas às seguintes categorias: tipo de cozinha (comunitária ou solidária), estrutura física e organizacional, formas de financiamento, perfil do público atendido, objetivos declarados e desafios enfrentados para sua continuidade e expansão. Para garantir a consistência analítica, os documentos foram lidos na íntegra e codificados manualmente com auxílio de fichamentos analíticos, permitindo a categorização dos principais eixos temáticos recorrentes.

Por tratar-se de pesquisa exclusivamente documental e que não envolve participantes humanos diretamente, o estudo não exigiu submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para estudos com dados de domínio público. Ainda assim, respeitou-se o rigor ético no uso das informações, com citação integral das fontes e atenção à fidedignidade do material analisado.

A fundamentação teórico-metodológica também se apoia em autores que discutem a importância das práticas alimentares coletivas como estratégias de resistência social e produção de cuidado nos territórios, como Campos, Silva e Araújo (2022), Miyashiro et al. (2024) e Schneider et al. (2023). Essa orientação analítica permitiu que a pesquisa fosse além da descrição das cozinhas, buscando compreender seus sentidos políticos e institucionais no enfrentamento das desigualdades alimentares.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise de 18 documentos, entre artigos acadêmicos, relatórios técnicos, legislações e diretrizes operacionais, foi possível identificar padrões recorrentes, tensões conceituais e experiências singulares que compõem o cenário atual das cozinhas comunitárias e solidárias no Brasil. As informações foram sistematizadas segundo categorias temáticas previamente definidas, permitindo a construção de uma visão abrangente e crítica sobre essas iniciativas enquanto estratégias de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional.

A análise revelou não apenas a coexistência de modelos distintos de cozinhas públicas, mas também suas articulações com políticas institucionais, práticas comunitárias e dispositivos de resistência social. As diferenças entre os modelos de cozinha não se limitam a aspectos logísticos, mas refletem concepções distintas de política pública, gestão do cuidado e participação cidadã.

Nesse sentido, os principais achados da pesquisa estão organizados em cinco eixos analíticos, que abordam: (1) *as formas organizativas e os modelos de gestão*; (2) *as desigualdades estruturais e territoriais*; (3) *os mecanismos de financiamento e sustentabilidade*; (4) *os impactos educativos, políticos e de cuidado social*; e (5) *os limites e potencialidades de cada modelo enquanto política pública*.

### **1. Modelos em Tensão: Cozinhas Comunitárias e Solidárias como Polos de Estratégias Contrastantes**

A distinção entre cozinhas comunitárias e cozinhas solidárias não é apenas operacional, mas profundamente ideológica e política (Campos, Silva e Araújo, 2022; Iamamoto et al., 2025). As cozinhas comunitárias, vinculadas ao poder público, operam dentro dos limites da burocracia estatal e da racionalidade técnica, com metas de produção, controle sanitário e exigências estruturais rígidas (Brasil, 2024; Bandoni et al., 2010). Embora apresentem vantagens como estabilidade institucional e infraestrutura adequada, estudos demonstram que muitas vezes se tornam instrumentos de assistência despolitizada, com baixo envolvimento comunitário e pouca capacidade de gerar protagonismo local (Silva & Campos, 2017; Oliveira et al., 2023).

Por outro lado, as cozinhas solidárias, gestadas por movimentos sociais e coletivos autônomos, desenvolvem um modelo horizontal de gestão, com base em redes afetivas e estratégias de sobrevivência local (Sordi et al., 2023; Abreu et al., 2023). Sua atuação em territórios invisibilizados e sua resposta rápida a situações emergenciais – como a pandemia da Covid-19 ou eventos climáticos extremos – demonstram sua agilidade, capilaridade e potência política, sobretudo ao articular alimentação, moradia, agroecologia e direitos sociais (Regazzi, 2023; Iamamoto et al., 2025).

Contudo, a informalidade dessas iniciativas também representa limites importantes: instabilidade financeira, alta rotatividade de voluntários, dificuldades sanitárias e ausência de reconhecimento jurídico que permita acesso estável a políticas públicas permanentes (Teles, Brandão e Lopes, 2022; Regazzi, 2023; Sordi et al., 2023). Como aponta Regazzi (2023), essa fragilidade pode restringir o alcance e a sustentabilidade das cozinhas solidárias a longo prazo, a despeito de seu impacto imediato.

Assim, ambos os modelos expressam virtudes e limites: enquanto as comunitárias oferecem estrutura e continuidade, as solidárias oferecem mobilização política e enraizamento territorial. O desafio está em articular essas forças sem submeter as práticas insurgentes às lógicas burocráticas que as esvaziam (Campos, Silva e Araújo, 2022;

Schneider et al., 2023). As principais diferenças entre essas duas modalidades estão sistematizadas no **Quadro 1**, que sintetiza elementos como gestão, financiamento, inserção territorial e impactos sociais.

**Quadro 1.** Comparativo entre Cozinhas Comunitárias e Solidárias

Aspectos	Cozinhas Comunitárias	Cozinhas Solidárias
<b>Origem</b>	Políticas públicas e programas de governo	Movimentos sociais e iniciativas da sociedade civil
<b>Gestão</b>	Prefeituras e governos estaduais	Coletivos autogeridos e mutirões
<b>Fonte de financiamento</b>	Recursos públicos (municipais, estaduais, federais)	Doações, vaquinhas, apoio popular
<b>Público-alvo</b>	População em vulnerabilidade cadastrada no CadÚnico	População em situação de fome emergencial, moradores de rua, periferias
<b>Objetivo principal</b>	Garantir refeição diária e promover SAN	Resposta emergencial à fome, fortalecimento comunitário
<b>Vinculação institucional</b>	Integradas ao SUAS e SISAN	Atuação autônoma, redes de solidariedade
<b>Cardápio e refeições</b>	Cardápio padronizado, refeições diárias a baixo custo	Flexível, baseada na doação e sazonalidade de alimentos
<b>Desafios principais</b>	Burocracia, dependência de recursos públicos, abrangência limitada	Infraestrutura precária, sustentabilidade financeira, reconhecimento legal

## 2. Infraestrutura e Desigualdade Territorial: A Geopolítica da Fome

A precariedade das condições estruturais das cozinhas solidárias é um dos principais sintomas da injustiça alimentar e territorial no Brasil (Iamamoto et al., 2025; Abreu et al., 2023), isso também se reflete nas cozinhas comunitárias.

Em uma avaliação nacional do Programa Cozinhas Comunitárias, conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2008, foram inspecionadas 240 unidades, sendo verificado que apenas 189 (79%) operavam regularmente como Unidades de Alimentação e Nutrição, ou seja, serviam refeições como principal atividade; nas demais, a produção era intermitente ou inexistente.

Entre as limitações técnicas mais frequentes destacaram-se ausência de áreas exclusivas para recebimento e pré-higienização dos gêneros, fluxos cruzados entre setores “sujo” e “limpo” e carência de equipamentos como câmaras frias, freezers independentes ou coifas dimensionadas para a demanda mínima de 200 refeições diárias.

Assim, é possível perceber que tais fragilidades comprometem a segurança sanitária e a capacidade de atendimento continuado, sobretudo em municípios do Norte e do semiárido nordestino, onde a insegurança alimentar e nutricional é estruturalmente mais aguda e os orçamentos locais não conseguem cobrir custos de manutenção e reposição de equipamentos. A própria equipe avaliadora concluiu que, sem aporte financeiro permanente nem integração efetiva a políticas complementares — por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos — essas cozinhas tendem a reproduzir as desigualdades territoriais que deveriam mitigar.

A publicação *“Roteiro de Implantação das Cozinhas Comunitárias”*, do próprio MDS (2007), estabelece que cada unidade deve possuir área de recepção, despensa seca,

armazenamento refrigerado, cozinha quente, área de distribuição e refeitório. No entanto, esses padrões são frequentemente inviáveis em municípios de pequeno porte e regiões com baixo investimento, especialmente no Norte e no Semiárido, onde os dados indicam cobertura muito inferior em comparação às regiões Sul e Sudeste (MDS, 2007; MDS, 2014).

As cozinhas solidárias, por sua vez, não seguem um modelo técnico normatizado, mas sua precariedade estrutural também é documentada. Um estudo realizado por Yamamoto et al. (2025), com base em levantamento nacional com mais de 200 iniciativas solidárias, identificou que 63% das cozinhas solidárias funcionam em espaços improvisados (garagens, igrejas, praças), com acesso limitado à água corrente, refrigeração e saneamento básico. Essa fragilidade compromete a segurança sanitária e a regularidade do atendimento, mesmo diante de grande capilaridade territorial.

Esses dados reforçam que, embora ambas as modalidades contribuam para o enfrentamento da fome, as cozinhas públicas brasileiras operam sob graves limitações infraestruturais, com variações regionais que reproduzem o mapa da insegurança alimentar. Como assinala Regazzi (2023), “as cozinhas públicas não apenas distribuem comida, mas também revelam a distribuição desigual do próprio Estado nos territórios”. Essa disparidade atenta contra o princípio de universalidade do direito à alimentação adequada, estabelecido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346/2006), que reconhece a alimentação como direito humano fundamental. Essa realidade desafia diretamente o princípio de universalidade do direito humano à alimentação adequada (LOSAN, 2006).

Bandoni et al. (2010) apontou condições higiênico-sanitárias precárias, cardápios pouco variados e baixa atratividade nutricional em diversas unidades vinculadas ao poder público. Segundo o estudo, a padronização excessiva dos cardápios e a rigidez nos procedimentos operacionais comprometem o respeito às práticas culturais alimentares dos usuários, além de limitarem a efetividade nutricional das refeições (Bandoni et al., 2010; Oliveira et al., 2023).

Dessa forma, essas desigualdades evidenciam que o modelo institucional atual, mesmo com o suporte do SUAS e SISAN, ainda está longe de responder com justiça à diversidade dos territórios e das populações atendidas (Teles, Brandão e Lopes, 2022; Abreu et al., 2023). Conforme argumenta Schneider et al. (2023), a insegurança alimentar e nutricional no Brasil acompanha a lógica da negligência federativa: *onde a fome é mais intensa, a presença do Estado é mais frágil.*

### **3. Sustentabilidade e Políticas Públicas: Entre a Omissão e o Reconhecimento Tardio**

A criação da Lei nº 14.628/2023, que institui o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, representa um marco político relevante, mas ainda incipiente. Apesar de seu simbolismo, a lei não estabelece critérios claros de repasse de recursos, nem assegura a integração das cozinhas à rede pública de segurança alimentar e nutricional.

As cozinhas comunitárias, por sua vez, sofrem com a descontinuidade institucional. Muitos equipamentos foram desativados entre 2016 e 2020, com o desmonte do CONSEA e o congelamento de recursos do MDS. Isso confirma a crítica feita por Schneider et al. (2023), para quem o combate à fome no Brasil ainda opera como política de governo, não de Estado.

A ausência de mecanismos permanentes de financiamento e integração das cozinhas à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e à Política de Saúde da

Família evidencia a falta de transversalidade e intersetorialidade das políticas públicas – princípio basilar da Lei Orgânica de SAN (Lei nº 11.346/2006).

#### **4. Cozinhas como Espaços de Inovação Social, Educação Popular e Produção de Cuidado**

Um dos achados mais potentes da análise documental foi o reconhecimento das cozinhas – especialmente as solidárias – como espaços vivos de educação popular, articulação comunitária e produção de subjetividades políticas. Não são apenas lugares de “dar comida”, mas de acolher, escutar, formar e transformar.

Relatos como os de Sordi et al. (2023) e Regazzi (2023) mostram que as cozinhas têm promovido oficinas de direitos sociais, articulação com hortas escolares e agroecológicas, rodas de conversa sobre saúde mental e ações educativas em torno da cultura alimentar. Isso evidencia seu papel como núcleos de cuidado ampliado e resistência epistêmica, desafiando a lógica biomédica, assistencialista e verticalizada da saúde e da assistência.

Críticos do modelo tecnocrático das cozinhas comunitárias (Silva; Campos, 2017) alertam para o risco de que esses equipamentos se tornem meros distribuidores de calorias, esvaziando sua potência educativa e relacional.

#### **5. Desafios Transversais e Caminhos de Rearticulação**

Os resultados revelam quatro obstáculos estruturais que atravessam, de modo semelhante, cozinhas comunitárias e solidárias. Primeiro, a precarização das condições de trabalho: parte significativa das unidades depende de mão-de-obra voluntária ou de contratos temporários, o que gera alta rotatividade e sobrecarga de jornadas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Segundo, a ausência de programas contínuos de formação que qualifiquem tanto lideranças comunitárias quanto gestores públicos; a avaliação do MDS já apontava lacunas em capacitações técnico-sanitárias e em gestão participativa. Terceiro, um diálogo incipiente com a rede de saúde e assistência social: diversas cozinhas quase não mantinham articulação formal com unidades básicas de saúde ou CRAS, limitando ações intersetoriais de vigilância nutricional. Por fim, verificou-se a inexistência de instrumentos de monitoramento participativo capazes de aferir, de forma sistemática, o impacto das refeições oferecidas sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos territórios atendidos; o controle restringe-se a indicadores administrativos de produção, insuficientes para avaliar qualidade e efetividade.

Apesar desses entraves, as cozinhas configuram espaços com elevado potencial de inovação social. Estudos recentes argumentam que, se reconhecidas como infraestruturas de cuidado alimentar e integradas a políticas híbridas — combinando apoio estatal estável e autonomia comunitária —, podem converter-se em núcleos de educação popular, geração de renda solidária e articulação de redes agroecológicas (Campos et al., 2022). É preciso superar a lógica da “emergência permanente” que marca as cozinhas solidárias, sem burocratizá-las a ponto de enfraquecer sua potência comunitária. Para isso, autores como Campos et al. (2022) propõem a criação de políticas híbridas, que respeitem a autonomia territorial e fortaleçam as infraestruturas do cuidado e da solidariedade.

#### **CONCLUSÃO**

A análise dos 18 documentos permitiu compreender que as cozinhas comunitárias e solidárias têm desempenhado um papel central na luta contra a insegurança alimentar e nutricional, bem como na promoção do direito à alimentação no Brasil. Embora partam de princípios e estruturas distintas (sendo as comunitárias institucionalizadas e as solidárias oriundas da sociedade civil), ambas se constituem como dispositivos relevantes de proteção social, cuidado territorial e resistência política.

As cozinhas comunitárias oferecem estabilidade e condições técnicas mais regulares, mas enfrentam limitações decorrentes da burocratização e da descontinuidade de políticas públicas. Já as cozinhas solidárias, marcadas pela agilidade e capilaridade, têm maior conexão com as urgências locais e com práticas de educação popular e cidadania, mas operam sob constante ameaça de esvaziamento por falta de apoio formal e financiamento contínuo.

Portanto, as Cozinhas Comunitárias e Solidárias representam respostas distintas, mas complementares ao problema da fome. São espaços de resistência e cuidado, que precisam ser reconhecidos e fortalecidos por políticas públicas estruturantes. A consolidação dessas iniciativas requer apoio financeiro público, desburocratização dos processos de cadastro, formação de gestores e articulação com a agricultura familiar. Assim, é fundamental se buscar investir nesses equipamentos para garantir dignidade, segurança alimentar e justiça social.

Diante da coexistência de diferentes modelos de enfrentamento à insegurança alimentar no Brasil — como os Restaurantes Populares (governo estadual), as Cozinhas Comunitárias (governo federal) e as Cozinhas Solidárias (iniciativa da sociedade civil) —, propõe-se a criação de um modelo único e híbrido, que reúna as forças de cada experiência: infraestrutura qualificada e normas claras de funcionamento; obrigatoriedade da presença de nutricionistas para assegurar a qualidade alimentar e a segurança sanitária; participação social ativa; e a flexibilidade e agilidade características das cozinhas solidárias para responder de forma rápida e sensível às demandas dos territórios. Dessa forma, seria possível não apenas garantir o direito à alimentação adequada, mas também fortalecer a justiça social e a coesão comunitária, promovendo um sistema alimentar mais equitativo, resiliente e humano.

## REFERÊNCIA

ABREU, Juçara Alvarindo Brito et al. A constituição de uma cozinha solidária, o aproveitamento de perdas pós-colheita e a segurança de alimentos: avanços e desafios no enfrentamento da vulnerabilidade social. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 1185-1202, 2017.

ARAÚJO, Marcelo; MONTEIRO, Carlos Adriano. Políticas de transferência de renda e segurança alimentar: retrocessos recentes no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 143-166, 2021.

BANDONI, D. H. et al. Avaliação das condições higiênico-sanitárias e nutricionais das cozinhas comunitárias. **Revista NUTRIRE**, v. 35, n. 1, p. 24–37, 2010. Disponível em: <https://nutrire.org.br/article/view/112>. DOI: 10.4322/nutrire.2010.003.

BARBOSA, Livia; PEREIRA, Aline; SOUZA, Ricardo. Crise econômica e insegurança alimentar no Brasil: evidências da PNAD 2014-2019. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 3, p. 321-349, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.*

BRASIL. *Lei n.º 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14628.htm).*

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Portaria n.º 977, de 5 de abril de 2024. Estabelece regras e procedimentos para o cadastro e a habilitação de cozinhas solidárias no âmbito do Programa Cozinha Solidária. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 8 abr. 2024.*

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cozinha comunitária: apresentação do programa**. Brasília, 2007a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Roteiro de implantação – Cozinhas comunitárias**. Brasília, 2007b.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Portaria n.º 977, de 5 de abril de 2024. Estabelece normas para o funcionamento das cozinhas comunitárias. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-977-de-5-de-abril-de-2024-531130036>.*

CAMPOS, I.; SILVA, J.; ARAÚJO, J. **Cozinhas solidárias e resistência: práticas de cuidado nos territórios**. In: Anais do 12º Encontro Nacional da ANPPAS. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

COSTA, Carlos Henrique; SANTOS, Maria Lúcia; PEREIRA, João. Desigualdade social e fome no Brasil pós-2016: uma análise regional. **Cadernos de Desenvolvimento Social**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 45-68, 2023.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable**. Rome: FAO, 2022.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum**. Rome: FAO, 2023.

IAMAMOTO, M. V. et al. Diagnóstico nacional das cozinhas solidárias: contribuições, desafios e potencialidades. **SciELO Preprints**, 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6494>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): segurança alimentar, 4.º trimestre de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): segurança alimentar, 4.º trimestre de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LUNARDON, K. A. F. Cozinhas comunitárias e práticas socioespaciais de resistência: entre a luta cotidiana e os horizontes de transformação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 100-117, 2023.

MACHADO, P. C. et al. Pandemia de Covid-19 e seus efeitos na segurança alimentar das famílias brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 4099-4111, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MIYASHIRO, Gladys M. et al. Resistência e fortalecimento das cozinhas solidárias: compartilhando experiências e construindo saberes em educação, saúde e agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024.

OLIVEIRA, M. A. et al. **Alimentação como direito e prática política: experiências de cozinhas solidárias em São Paulo**. In: Anais do Congresso Latino-Americano de Alimentação e Nutrição. 2023.

OLIVEIRA, Thaís; SANTOS, Juliana. Parcerias público-comunitárias em cozinhas populares: avaliação de resultados em municípios paulistas. **Gestão & Saúde**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 1-18, 2023.

PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN): relatório final*. São Paulo: Rede PENSSAN; Fundação Friedrich Ebert, 2022.

PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *Nota Técnica n.º 3: insegurança alimentar no Brasil – tendências 2020-2023*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2023.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN): relatório final**. São Paulo: Rede PENSSAN; Fundação Friedrich Ebert, 2022.

REGAZZI, B. Cozinhas solidárias: cuidado, cidadania e políticas públicas em tempos de emergência. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, 2023.

REGAZZI, Bruna. Oficinas de direitos nas Cozinhas Solidárias do MTST: relato de experiência extensionista. *Anais do 9.º Encontro Internacional de Política Social*, Vitória, p. 1-12, 2021.

SARTI, F. M., et al. **Indicadores sociais na avaliação do Programa Cozinhas Comunitárias**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de Estudos: desenvolvimento social em debate – Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição: resultados de avaliações*. Brasília, 2010. p. 65-84.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; CORRÊA, A. M. Cozinhas solidárias: práticas insurgentes de combate à fome e a constituição de uma rede de solidariedade. **Cadernos de Debate**, 2023.

SILVA, Ana Paula et al. Impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19 na insegurança alimentar no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, e-151596, 2023.

SILVA, M. V.; CAMPOS, P. H. O risco da tecnocratização nas cozinhas públicas: entre o controle e a assistência. **Revista de Políticas Alimentares**, 2017.

SORDI, D. D. et al. Resistência e fortalecimento das cozinhas solidárias: compartilhando experiências e construindo saberes em educação, saúde e agroecologia. **Revista Multidisciplinar do Trabalho**, v. 15, 2023.

TELES, José Guilherme Campos; BRANDÃO, Marcelo Luiz Lima; LOPES, Rosane Gomes Alves. **Cozinhas solidárias no Brasil: uma revisão integrativa de literatura**. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [s.l.], v. 17, n. 5, p. 1-19, 2022.

## ANEXO A - NORMAS DE SUBMISSÃO DA REVISTA DEMETRA

### **Categoria dos artigos**

**No resumo o autor deve sinalizar a categoria do seu manuscrito.**

**Perspectivas:** análises de temas conjunturais de importância para a Alimentação, Nutrição e Saúde, de interesse atual (máximo de 3.000 palavras).

**Debate:** análise de temas relevantes do campo da Alimentação, Nutrição e Saúde. Deve conter comentários críticos desenvolvidos por **autores convidados pelos Editores** (máximo de 4.000 palavras e 4 ilustrações).

**Comunicação Breve:** relatos de resultados preliminares de pesquisa, ou ainda resultados de estudos originais que possam ser apresentados de forma sucinta (máximo de 1.500 palavras e 3 ilustrações).

**Original:** artigos oriundos de pesquisas inéditas, de tema relevante para a área (máximo de 5.000 palavras e 5 ilustrações). Os artigos provenientes de pesquisa empírica devem conter as seções de introdução, métodos, resultados, discussão e conclusão. Para ensaios, abordagens conceituais e outras similares, há liberdade para estabelecer a estrutura (título e subtítulos), de modo a contemplar a identificação do objeto do estudo ou problema em questão e fundamentos conceituais, o desenvolvimento da argumentação, as considerações finais e a bibliografia adequada e atualizada (máximo de 5.000 palavras e 5 ilustrações).

**Revisão:** revisão crítica da literatura disponível sobre um tema relevante e pertinente para a área; deve haver necessariamente análise e interpretação da literatura disponível, por meio de revisão sistemática e meta-análise (máximo de 4.000 palavras).

**Outras linguagens:** textos de reflexão sobre temas de interesse para os leitores da revista, com relação aos campos da Alimentação, Nutrição, Saúde, Comensalidade, Artes e Cultura, que utilizem recursos iconográficos, poéticos, literários, musicais, audiovisuais, entre outros, de forma a fortalecer e dar consistência à discussão proposta. Características das fotos: Full HD (1920 x 1080) com 300 DPI de resolução (máximo de 1.500 palavras e 6 ilustrações e/ou mídias).

## **Para todas as categorias**

- Para a contagem de palavras serão desconsiderados o resumo, as referências e as ilustrações.
- Os resumos devem ter no máximo 250 palavras.
- Títulos ou subtítulos não devem ser numerados, podendo-se fazer uso de recursos gráficos, preferencialmente caixa alta e negrito.
- Ilustrações (figuras, quadros, tabelas e gráficos) devem ser apresentadas em separado, no final do texto, depois das referências do original, com respectivos títulos, legendas e referências específicas.
- Ao longo do texto os autores devem indicar, com destaque, a localização de cada ilustração, todas devidamente numeradas.
- As tabelas e os quadros devem ser elaborados em Word.
- Os gráficos devem ser elaborados em Excel e os dados numéricos correspondentes devem ser enviados, de preferência, em separado, no programa Word ou em outra planilha, como texto, de modo a facilitar o recurso de copiar e colar.
- As figuras devem ser encaminhadas em JPEG ou TIFF.
- Notas de rodapé: deverão ser restritas ao necessário e indicadas por letras sobrescritas (Ex. <sup>a,b</sup>). Usar a função própria do Word para letras sobrescritas.

## **Áreas temáticas**

**Os autores devem indicar, além da categoria do artigo, a área temática, a saber:**

Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva

Alimentação para Coletividades

Ciência e Tecnologia de Alimentos

Ciências Humanas e Sociais em Alimentação

Nutrição Básica e Experimental

Nutrição Clínica

## **PREPARO DO MANUSCRITO**

**Estrutura do texto:** deve ser digitado em formato Word, fonte Arial 12, espaçamento entre linhas 2,0; alinhamento à esquerda, página em tamanho A-4. O texto deve conter título completo e título abreviado para cabeçalho.

- Título: *Completo*, no idioma original do manuscrito e em inglês, que deverá ser conciso e evitar palavras desnecessárias e/ou redundantes, sem abreviaturas e siglas ou localização geográfica da pesquisa. *Abreviado* para cabeçalho, não excedendo 40 caracteres (incluindo espaços), em português

- O resumo deve ter no máximo 250 palavras. O resumo não deverá conter citações. Os manuscritos submetidos em português não necessitam de abstract. Caso sejam aprovados, a versão em inglês conterá esta seção.
- A redação do resumo deve ser feita de forma objetiva, organizado de acordo com a estrutura do estudo, dando destaque a cada uma das partes abordadas, assim apresentadas: Introdução - Informar o contexto em que o trabalho se insere, sintetizando a problemática estudada. Objetivo - Explicitar claramente. Métodos - Destacar os procedimentos metodológicos adotados, amostragem/população estudada, local, análises estatísticas, entre outros. Resultados - Destacar os mais relevantes para os objetivos apresentados. Os trabalhos de natureza quantitativa devem apresentar resultados numéricos, assim como seu significado estatístico. Conclusões - Destacar as conclusões mais relevantes.
- Destacar no mínimo 3 e no máximo 6 termos de indexação, os descritores em Ciência da Saúde - DeCS - da Bireme (<http://decs.bvs.br>) ou DeCS/MeSH (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/>).
- Títulos de seção ou subtítulos não devem ser numerados, podendo-se fazer uso de recursos gráficos, preferencialmente caixa alta e negrito.
- Ilustrações (figuras, quadros, tabelas e gráficos) devem ser apresentadas em separado, no final do texto, depois das referências do original, com respectivos títulos, legendas e referências específicas.
- Ao longo do texto os autores devem indicar, com destaque, a localização de cada ilustração, todas devidamente numeradas.
- As tabelas e os quadros devem ser elaborados em Word.
- Os gráficos devem ser elaborados em Excel e os dados numéricos correspondentes devem ser enviados, de preferência, em separado, no programa Word ou em outra planilha, como texto, de modo a facilitar o recurso de copiar e colar.
- As figuras devem ser encaminhadas em JPEG ou TIFF.
- Notas de rodapé: deverão ser restritas ao necessário e indicadas por letras sobrescritas (Ex. <sup>a, b</sup>). Usar a função própria do Word para letras sobrescritas.
- Para a contagem de palavras não serão considerados o resumo, as referências e as ilustrações.

**Folha de rosto:** NÃO enviar no corpo do manuscrito. Deve ser enviada em arquivo distinto ao manuscrito e deve conter os dados abaixo:

- título completo no idioma original do manuscrito e em inglês;
- título abreviado para cabeçalho, não excedendo 40 caracteres (incluindo espaços)
- nome de cada autor por extenso. Não abreviar os prenomes. Todos os autores devem estar cadastrados no *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID®) para submissão de manuscritos. Caso não possua, fazer o cadastro através do link: <https://orcid.org/register>). Informar, explicitamente, a contribuição de cada um dos autores no manuscrito. O crédito de autoria deverá ser baseado em contribuições substanciais, tais como: concepção e desenho; análise e interpretação dos dados; revisão e aprovação da versão final. Não se justifica a inclusão de nomes de autores cuja contribuição não se enquadre nos critérios acima.

- dados da titulação acadêmica de todos os autores; a filiação institucional atual, além de cidade, estado e país (Instituição / Faculdade ou Curso / Departamento (se houver) / cidade, estado, país).
- Indicar o autor de correspondência.
- Informar e-mail e ORCID (<https://orcid.org/>) de todos os autores.
- informar se o manuscrito é oriundo de dissertação ou tese, indicando o título, autor, universidade e ano da publicação.
- durante a submissão do manuscrito os autores deverão indicar, na Folha de rosto, pelo menos três possíveis revisores, com os respectivos e-mails e instituições acadêmicas ou de pesquisa nas quais estão vinculados. Os revisores devem ter experiência na área do tema proposto e possuir **título de doutor ou experiência técnica comprovada na área**. A sugestão dos revisores não determina o efetivo convite para a revisão.

**A tramitação do manuscrito só será iniciada com o envio da folha de rosto em arquivo separado, incluído no sistema como Documento suplementar, de modo a garantir o anonimato durante a revisão pelos pares.**

## **ARTIGOS ORIGINAIS E COMUNICAÇÃO BREVE**

**Introdução:** deve conter breve revisão da literatura atualizada e pertinente ao tema. A apresentação da(s) hipótese(s) e do(s) objetivo(s) deve ser consistente com o tema.

**Métodos:** descrever de forma clara e sucinta o(s) método(s) empregado(s), para que possa(m) ser reproduzido(s) por outros autores, acompanhado(s) da citação bibliográfica. Em relação à análise estatística, os autores devem demonstrar que os procedimentos utilizados foram apropriados para testar as hipóteses do estudo, e também para interpretar os resultados corretamente. Informar se a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética credenciado junto ao Conselho Nacional de Saúde e fornecer o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE). Experimentos com animais devem estar adequados às diretrizes de conselhos de pesquisa internacionais ou nacionais relativas aos cuidados e ao uso de animais de laboratório.

**Resultados:** podem ser apresentados em tabelas, quadros e/ou figuras, elaborados de forma a serem autoexplicativos e com análise estatística. Evitar repetir dados no texto. Ilustrações (figuras, quadros, tabelas e gráficos) devem ser apresentadas em separado, ao final do texto, depois das referências com respectivos títulos, legendas e referências específicas. Os gráficos e figuras podem ser coloridos, sem custo para o autor.

**Discussão:** apresentar de forma que os resultados observados sejam confrontados adequada e objetivamente com dados já registrados na literatura.

**Conclusão:** apresentar as conclusões relevantes, considerando os objetivos do estudo. **Não serão aceitas citações bibliográficas nesta seção.**